

# Inventário do acervo da Câmara Municipal de Belo Horizonte 1947-2008

Volume I

## **Ficha Técnica – Fevereiro de 2010**

### **Prefeitura de Belo Horizonte**

Prefeito

*Márcio Lacerda*

Presidente da Fundação Municipal de Cultura

*Thaís Velloso Cougo Pimentel*

Diretora do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

*Maria do Carmo Andrade Gomes*

Chefe da Divisão de Arquivos Permanentes

*Vilma Camelo Sebe*

### **Câmara Municipal de Belo Horizonte**

Presidente

*Vereadora Luzia Ferreira*

Diretora do Legislativo

*Solange de Fátima Magalhães*

Seção de Registro Normativo - SECREN

*Cássia Aparecida Ferreira Arruda*

### **Equipe técnica**

*Adalson de Oliveira Nascimento (Coordenação geral)*

*Afonso José da Silva (estagiário)*

*Aline Pinheiro Brettas*

*Alessandro Augusto Silveira de Paula*

*Leandro Ferreira Raimundo*

*Verônica D'Angeles Nogueira (estagiária)*

Conservação

*Maria Helena de Rezende Costa*

### **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**

Rua Itambé, 227, Bairro Floresta – Belo Horizonte – MG

CEP 30.150-150 – Tel.: (31) 3277-4665 – Email: [apcbh@pbh.gov.br](mailto:apcbh@pbh.gov.br)

## **Ficha Técnica – Dezembro de 2008**

### **Prefeitura de Belo Horizonte**

Prefeito

*Fernando Damata Pimentel*

Presidente da Fundação Municipal de Cultura

*Maria Antonieta Antunes da Cunha*

Diretora do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

*Maria do Carmo Andrade Gomes*

Chefe da Divisão de Arquivos Permanentes

*Vilma Camelo Sebe*

### **Câmara Municipal de Belo Horizonte**

Presidente

*Vereador Totó Teixeira*

Diretor do Legislativo

*Luiz Fernando Reis*

Seção de Registro Normativo - SECREN

*Cássia Aparecida Ferreira Arruda*

### **Equipe técnica**

Coordenação geral

*Adalson de Oliveira Nascimento*

Desenvolvimento e pesquisa

*Adalson de Oliveira Nascimento*

*Aline Pinheiro Brettas*

Conservação

*Maria Lúcia Duarte*

Contribuições

*Ana Márcia Lutterbach Rodrigues - Divisão de Arquivos Permanentes do APCBH*

*Ana Maria Leão e Silva - Divisão de Arquivos Permanentes do APCBH*

*Eise Ferraz Lopasso - Chefe da Divisão de Gestão de Documentos do APCBH*

Estagiários

*Afonso José da Silva*

*Ana Carolina Ferreira Caetano*

*Ana Tereza Landolfi Toledo*

*Celso Idamiano da Silva Júnior*

*Cláudia Amâncio da Silva*

*Cláudio Santos Cendon*

*Denise Drumond*

*Michelle Viviane Godinho Corrêa*

*Rafaela Silva Pereira*

*Tatiane da Silva Pereira*

### **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**

Rua Itambé, 227, Bairro Floresta – Belo Horizonte – MG

CEP 30.150-150 – Tel.: (31) 3277-4665 – Email: [apcbh@pbh.gov.br](mailto:apcbh@pbh.gov.br)

# Sumário

	Pág.
Apresentação.....	05
Introdução.....	07
Glossário.....	09
Descrição	
Fundo Diretoria Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte (1947-2008).....	10
Subfundo Diretoria do Legislativo (1947-2008).....	21
Série Anais e Atas (1947-2008).....	21
Subsérie Atas de Reuniões Solenes do Plenário (1957-2008).....	21
Subsérie Atas de Reuniões Especiais do Plenário (1988-2008).....	22
Subsérie Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias de Plenário (1947-2008).....	22
Subsérie Atas de Reuniões de Comissões Permanentes (1947/2008).....	22
Subsérie Atas de Reuniões de Comissões Temporárias (1948-2008).....	22
Subsérie Atas de Eventos Diversos (1976-2007).....	23
Subsérie Anais de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Plenário (1947-1975).....	23
Subsérie Listas de Presença (2006-2008).....	23
Série Proposições (1947-2005).....	23
Subsérie Projetos de Lei e de Resolução não Aprovados (1977-2004).....	24
Indicações, Representações, Moções, Autorizações e Requerimentos (1983 – 2008)....	24
Subsérie Resoluções Aprovadas (1947-2004).....	24
Subsérie Requerimentos e Documentos de Comissões (1974-2005).....	25
Subsérie Documentos Relativos ao Orçamento do Executivo (1975-2005).....	25
Subsérie Documentos de Prestação de Contas (1948-2005).....	25
Subsérie Documentos Relativos à Lei Orgânica de Belo Horizonte (1987-2008).....	25
Subsérie Documentos Relativos ao Planejamento Urbano (1984-2000).....	26

Subsérie Projetos de Lei Transformados em Leis (1948-2005).....	26
Subsérie Projetos de Lei e de Resolução Aprovados e não Aprovados (2005-2008).....	26
Série Publicações de Normas Legais (1937-1999).....	26
Subsérie Recortes Avulsos de Normas Legais (1987-1995).....	27
Subsérie Coletâneas Temáticas de Normas Legais (1937-1998).....	27
Subsérie Jornal Minas Gerais (1972-1999).....	27
Subfundo Diretoria de Administração e Finanças (1947-2005).....	27
Série Contabilidade (1947-1975).....	27
Subsérie Livros Caixa (1947-1975).....	28
Subsérie Livros Razão (1961-1974).....	28
Subsérie Balanços (1961-1974).....	28
Subsérie Relatórios de Controle de Execução Orçamentária (1954-1974).....	28
Subsérie Diários (1961-1975).....	28
Subsérie Numerário (1963).....	28
Registros Audiovisuais de Eventos Diversos (1970-2006).....	29
Referências.....	30

## **Volume II - Anexos**

Anexo 01 - Manual de orientação para a consulta à Base Light

Anexo 02 - Resolução nº 01 de 23 de novembro de 1947. Aprova o Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Anexo 03 - Resolução nº 40 de 28 de abril de 1956. Aprova o Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Anexo 04 - Resolução nº 259 de 29 de dezembro de 1972. Contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Anexo 05 - Resolução nº 1480 de 07 de dezembro de 1990. Contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte

**Volume III** - Listas 01 a 07, 09 a 15, 17 a 25, 27 e 28

**Volume IV** - Lista 08

**Volume V** - Lista 16

**Volume VI** - Lista 26

# Apresentação

Este inventário é resultado do trabalho conjunto iniciado em 2005 entre a Fundação Municipal de Cultura, por intermédio do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, e a Câmara Municipal de Belo Horizonte, e fruto do compartilhamento de responsabilidades na construção do patrimônio documental do município e na garantia do livre acesso do cidadão à informação pública.

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte - APCBH é órgão da Prefeitura Municipal, subordinado à Fundação Municipal de Cultura. A lei municipal 5899, de 20 de maio de 1991, estabeleceu a política municipal de arquivos públicos e privados, que dispunha ser dever do poder público a gestão documental e a proteção dos documentos de arquivo, entendidos como elementos de prova e informação e instrumentos de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico. No seu artigo 7º, a mesma lei definia que os arquivos públicos municipais eram compostos pelo conjunto de documentos produzidos e recebidos no exercício de suas atividades por órgãos públicos municipais, em decorrência de suas funções executivas e legislativas. Embora o artigo 14º tenha definido a existência de dois arquivos públicos municipais (o arquivo do Poder Executivo e o Arquivo do Poder Legislativo), o artigo 15º previa como competência do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte a “gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo e a normatização, gestão, conservação e organização dos documentos dos arquivos municipais, de modo a facultar o seu acesso e implementar a política municipal dos arquivos”.

A lei municipal 5890, de 21 de maio de 1991, criou o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e estabeleceu como sua competência “recolher e promover a preservação e divulgação do patrimônio documental de órgãos e unidades funcionais públicas, bem como de documentos privados de interesse público”, sem distinguir entre arquivos públicos legislativos e executivos.

Essa legislação permitiu ao APCBH e à Câmara Municipal estabelecer, ao longo do tempo, ações conjuntas para preservação da documentação de origem legislativa. De fato, desde os primeiros anos de sua criação, o APCBH vinha recebendo, como doação, acervos documentais da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Em 2005, a Câmara Municipal expressou a vontade de tornar o APCBH o órgão oficial de recolhimento do chamado Arquivo Legislativo, que reúne os registros documentais do processo legislativo, ou seja, da produção, tramitação, aprovação e publicação das leis que regem o município. Um primeiro convênio foi firmado em fins do mesmo ano, quando passou a ser recolhida ao APCBH a parte relativa aos anos de 1947 a 2005, o que significa a quase totalidade dos registros que cobrem a dinâmica legislativa da Câmara Municipal. Entre 2006 e 2008 o APCBH procedeu

ao recolhimento, organização física e intelectual, acondicionamento e descrição dessa documentação.

Em 2007 os dois órgãos renovaram sua parceria com um segundo convênio, visando o recolhimento e o tratamento do restante da documentação relativa à legislatura de 2006 a 2008. O convênio incluiu também a digitalização da documentação textual relativa à legislatura 2005-2008, além do recolhimento, tratamento físico e descrição geral do acervo fotográfico.

A produção de um instrumento de pesquisa, com vistas a dar acesso público, universal e qualificado aos documentos recolhidos, estava prevista entre os objetivos dos dois referidos convênios. Resultou na publicação desse inventário, que ora apresentamos à comunidade de pesquisadores, estudantes, gestores públicos e aos cidadãos belo-horizontinos em geral.

Maria do Carmo Andrade Gomes  
Diretora do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

# Introdução

Este instrumento de pesquisa descreve parte dos documentos produzidos e acumulados pela Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), no período compreendido entre os anos de 1947 a 2008, e que foram incorporados ao acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). O **recolhimento** dos documentos ocorreu entre 1993 e 2009. A maior parte do acervo foi recolhida nos anos de 2006 e 2007 em função da assinatura de um primeiro convênio de cooperação entre o APCBH e a CMBH que visou ao tratamento da documentação relacionada ao processo legislativo produzida entre 1947 e 2004. Em 2008 e 2009, no âmbito de um segundo convênio de cooperação, foram recolhidos e tratados documentos relativos aos anos de 2005 a 2008.

De acordo com o princípio da **proveniência**, o acervo descrito neste instrumento pertence ao **Fundo** Diretoria Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte e **Subfundos** Diretoria do Legislativo e Diretoria de Administração e Finanças.

A história do poder legislativo em Belo Horizonte iniciou-se logo após a inauguração da cidade, com a criação formal do Conselho Deliberativo no ano de 1899. Desde a sua criação até o fechamento da Câmara Municipal, em 1937, no contexto do Estado Novo, foram várias as mudanças nas funções e na organização do poder legislativo no município. Dois anos após o restabelecimento da democracia no Brasil, em 1945, a Câmara Municipal voltou a funcionar, ininterruptamente, até a atualidade. Para mais detalhes sobre a história do poder legislativo em Belo Horizonte, veja o item *História Administrativa* neste inventário.

A maior parte do acervo da CMBH, recolhido, tratado e descrito neste instrumento de pesquisa, diz respeito ao processo legislativo. Uma pequena parte do acervo relaciona-se às atividades de contabilidade do órgão.

Entre 1947 e 2005, período em que a documentação relacionada ao processo legislativo descrita neste inventário foi produzida, ocorreram diversas mudanças na estrutura burocrático-administrativa da CMBH. No entanto, as funções básicas da instituição e a dinâmica do processo legislativo nesse período pouco se alteraram. Nessa medida, a produção documental relacionada ao processo legislativo e à forma de ordenação e arquivamento desses documentos se manteve regular. Tendo em vista essa regularidade de produção dos **tipos documentais** e da forma de organização dada pelo produtor, foram criados grandes grupos de documentos. Essa organização, realizada pelo produtor, foi importante e decisiva no momento de definição do **arranjo**, especialmente no que tange às **séries** e subséries.

A elaboração deste inventário baseou-se na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) publicada pelo Arquivo Nacional, originada na Norma Geral



Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G), por sua vez elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos. A adoção dos itens descritivos sugeridos pela NOBRADE garante a não redundância de informações. Foram incluídos, ao final, vários índices dos documentos agrupados por nível de descrição, sendo que a maioria deles está ordenada cronologicamente.

Por tratar-se de um inventário sumário, apenas em alguns dos índices de itens documentais é possível a pesquisa por nome ou temas. Os **pontos de acesso** na maior parte das séries e subséries são, portanto, através do **tipo documental**, buscando-se datas e/ou números de identificação (números de projetos de lei ou de resolução, por exemplo).

A Base Light é um outro instrumento de consulta também disponível no APCBH. Trata-se de diversos bancos de dados alimentados e utilizados cotidianamente na CMBH. Nessa base, o consulente poderá recuperar diversas referências do acervo. Veja mais informações no *Manual de orientação para a consulta à Base Light*, anexo ao inventário. Se o consulente encontrar na Base algum documento de interesse, deverá localizá-lo nos índices de itens documentais e requisitá-lo, informando o seu **código de referência**.

Para se ter acesso aos livros, encadernações, dossiês, processos, microfimes e fitas magnéticas, os consulentes deverão informar ao seu atendente, na sala de consultas, a partir da pesquisa neste inventário, os **códigos de referência** e os números dos **itens documentais** que desejarem consultar. Nos casos em que as pesquisas requisitarem um maior volume de documentos e forem mais rigorosas, sugere-se que os usuários agendem o atendimento com o responsável pela sala de consultas.

Também faz parte do acervo e encontra-se disponível para a consulta um conjunto de fotografias e negativos ainda não arranjados. Esses documentos podem ser consultados por meio de uma lista preliminar, disponível na sala de consultas, que informa dados básicos dos documentos já identificados tais como data, assunto e pessoas presentes nas imagens.

*Adalson de Oliveira Nascimento*  
Coordenador do Projeto Arquivo do Legislativo

## Glossário\*

*Amostragem* - Técnica de seleção em que, de um dado conjunto de documentos, elege-se um subconjunto representativo do todo.

*Arranjo* - Seqüência de operações que visam à organização dos documentos de um fundo de arquivo permanente, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido.

*Avaliação* - Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação - recolhimento ou eliminação - de acordo com os valores que são atribuídos.

*Código arquivístico de referência* - Código destinado a identificar qualquer **unidade de descrição**.

*Custódia* - Responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade.

*Descrição arquivística* - Elaboração de uma representação cuidadosa de uma **unidade de descrição** e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise e organização de qualquer informação que sirva para identificar o acervo arquivístico e explicar o seu contexto, bem como o sistema de arquivo que o produziu.

*Espécie documental* - Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e natureza das informações nele contidas. Ex.: Ofício, minuta, recibo.

*Fundo* - Conjunto de documentos de uma mesma **proveniência**.

*Inventário* - Instrumento de pesquisa que descreve, sumariamente ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos.

*Item documental* - 1. Menor unidade documental, intelectualmente indivisível.

*Nível de descrição* - Posição da **unidade de descrição** na hierarquia de **arranjo** do fundo.

*Ponto de acesso* - Elemento de informação, termo ou código que, presente em **unidade de descrição**, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos.

*Proveniência* - Termo que serve para indicar a entidade coletiva, pessoa ou família produtora de arquivo.

*Recolhimento* - Operação pela qual um conjunto de documentos passa da **custódia** do arquivo corrente ou intermediário para o arquivo permanente.

*Série* - Subdivisão do quadro de **arranjo** que corresponde a uma seqüência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, **tipo documental** ou assunto.

*Subfundo (seção)* - Subdivisão do quadro de **arranjo** que corresponde a uma primeira fração lógica do fundo, em geral reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com competência específica.

*Tabela de temporalidade* - Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, **recolhimento**, descarte ou eliminação de documentos.

*Transferência* - Passagem de documentos do arquivo corrente para o arquivo intermediário.

*Tipo documental* - Configuração que assume uma **espécie documental**, de acordo com a atividade que o gerou.

*Unidade de descrição* - Documento(s) que constitui(em) base para uma descrição específica.

---

\* Baseado no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística publicado pelo Arquivo Nacional do Brasil em 2005.

*Código de referência:* BR.APCBH//DR.00.00.00

*Título:* Diretoria Geral

*Data:* 1947-2008

*Nível de descrição:* Fundo

*Dimensões e suporte do acervo:* 186,84 metros lineares de documentos textuais; 880.910 imagens digitais de documentos textuais; 498 rolos de microfimes 16 milímetros; 2981 fitas magnéticas e 2 películas.

*Órgão produtor:* Câmara Municipal de Belo Horizonte

*História administrativa:* Apresenta-se aqui uma breve história administrativa da Câmara Municipal de Belo Horizonte e dos órgãos com função legislativa que antecederam à sua criação.

O primeiro órgão a desempenhar funções legislativas em Belo Horizonte foi o Conselho Deliberativo, criado por meio da lei estadual nº 275, de 12 de setembro de 1899. Naquele momento, Belo Horizonte encontrava-se sob a tutela direta do governo estadual. O órgão, incumbido de votar os impostos e decretar as despesas necessárias aos negócios e serviços da administração da Capital, era composto por membros eleitos.

Em 05 de novembro de 1899, o decreto estadual nº 1328 criava o cargo de Secretário do Conselho Deliberativo, cujo titular deveria ser nomeado pelo presidente do órgão. A criação deste mesmo cargo, pelo Poder Executivo Municipal, ocorreu somente em 1903, através da lei nº 10, de 24 de janeiro.

As funções do Conselho Deliberativo foram alteradas em 1922, de acordo com a lei estadual nº 733, de 05 de outubro de 1918, que determinava como função do Conselho Deliberativo decretar a desapropriação por utilidade do município. Ao mesmo tempo, essa lei permitia ao prefeito da Capital vetar resoluções do Conselho.

O decreto estadual nº 9768, instituído em 24 de novembro de 1930, confirmava a dissolução das assembleias municipais e determinava que cada prefeitura possuísse um Conselho Consultivo, com atribuições “meramente informativas”. Na esfera municipal, o decreto nº 9790, de 1930, subordinava, provisoriamente, a Secretaria do Conselho Deliberativo à Prefeitura. No ano seguinte, o decreto estadual nº 9847, de 02 de fevereiro, reorganizava o governo provisório dos municípios dando novas e maiores competências ao Conselho Consultivo.

No ano de 1936 foi criada a Câmara Municipal, instalada no dia 07 de agosto, segundo o relatório do prefeito daquele ano. A Secretaria do Conselho Deliberativo, através da lei municipal nº 99, de 27 de junho de 1936, passava a denominar-se Secretaria da Câmara Municipal e apresentava o seguinte quadro de pessoal: um diretor, dois redatores de debates, um redator de atas, um auxiliar do redator de debates, um amanuense, três praticantes, quatro auxiliares de serviço, um protocolista e três serventes.

Em 1937, no contexto do Estado Novo Vargas, o decreto-lei nº 11 definia que os prefeitos passassem, também, a exercer as funções das Câmaras Municipais e a Secretaria foi extinta, através do decreto municipal nº 01, de 30 de dezembro daquele ano.

O decreto nº 182, de 27 de agosto de 1946, instituiu o Conselho Consultivo da Prefeitura, com o objetivo de emitir pareceres sobre assuntos da administração.

Durante o período de redemocratização nacional, a lei estadual nº 28, de 22 de novembro de 1947, determinava a instalação e o funcionamento das câmaras municipais, bem como suas atribuições. A referida lei definia a principal função das casas legislativas municipais: “deliberar sobre tudo que respeite ao peculiar interesse do Município e, nomeadamente [elaborar] as respectivas leis e resoluções”. O decreto-lei nº 213, publicado também naquele dia, organizava a Secretaria da Câmara, que deveria contar com o pessoal nomeado em caráter efetivo.

A Secretaria da Câmara foi criada efetivamente em 1948, contando com os seguintes funcionários: um diretor, um chefe do expediente, um chefe dos serviços legislativos, cinco redatores de debates, cinco redatores de atas, quatro escriturários, sete datilógrafos, um porteiro e seis serventes.

A resolução nº 38, de 13 de janeiro de 1956, organizava os serviços da Secretaria da Câmara, que passaram a ser subordinados a um Diretor Geral, e compreendiam a Diretoria de Expediente e a Diretoria dos Serviços Legislativos. À Secretaria cabia: receber, abrir, protocolar e encaminhar a correspondência; redigir, fazer assinar, protocolar e encaminhar toda correspondência; consignar o andamento dos papéis em plenário ou nas comissões; redigir e fazer publicar as atas das sessões; expedir e cobrar documentos; informar os assuntos que para tal lhe forem submetidos; fazer folhas de pagamento de vereadores e de funcionários; adquirir todo o material necessário aos serviços; efetuar pagamentos; providenciar a impressão dos avulsos relativos às atividades; cooperar para a eficiência do trabalho.

Em 28 de novembro de 1962, o decreto nº 1016, determinava a abertura de crédito para pagamento de despesas relativas à Criação do Serviço de Secretaria de Mesa Diretora, criado pela resolução nº 109, de 14 de novembro de 1962, e designado como Serviço Auxiliar da Mesa. Entretanto, através da resolução nº 230/70, este serviço foi transformado em Serviço de Relações Públicas, subordinado diretamente à Presidência da Câmara. A resolução nº 109 também criava os seguintes cargos: assessor da presidência, assessor financeiro, contador, chefe do serviço de Secretaria da Mesa Diretora, assistente do diretor do Serviço Legislativo e assistente do Diretor do Expediente.

O órgão legislativo municipal recebeu uma nova estrutura administrativa, através da resolução nº 319, de 27 de outubro de 1975. A nova estrutura era basicamente composta pela Mesa da Câmara, responsável pelas atribuições institucionais, e pela Diretoria Geral, cuja incumbência era o planejamento, a coordenação, a orientação, a direção e o controle das atividades administrativas. A Diretoria Geral era constituída pela Assessoria Legislativa, Diretoria do Legislativo, Diretoria Administrativa e Diretoria Financeira.

A resolução nº 552, de 23 de dezembro de 1983, definia que a Câmara se estruturasse em Mesa da Câmara e Secretaria, sendo esta responsável pelos serviços administrativos da instituição e se subdividindo em Diretoria Geral, Diretoria Administrativa, Diretoria de Pessoal e Diretoria do Legislativo.

Em 1987, a lei nº 4758, de 13 de agosto, instituiu uma reorganização da estrutura administrativa. Foram criados, junto à mesa, órgãos de assessoramento e assistência à Procuradoria, à Corregedoria e à Auditoria. A atividade operacional passou a ser exercida pela Secretaria, composta pelas seguintes diretorias: Geral, do Legislativo, Administrativa, Financeira, de Pessoal, de Informática e de Material e Patrimônio. À Polícia Interna cabiam as atividades relacionadas à segurança.

A lei nº 5558, de 10 de maio de 1989, que dispunha sobre a organização administrativa da Câmara Municipal, determinava que a ação administrativa fosse de competência do Presidente da Mesa, auxiliado pelo vice-presidente, primeiro e segundo secretários. Tal atividade seria, então, exercida com o auxílio dos seguintes órgãos de atividades: assistência e assessoramento; segurança interna e secretaria. A primeira auxiliaria diretamente os vereadores e os líderes (através dos gabinetes); à Mesa da Câmara (Procuradoria, Corregedoria e Auditoria); ao Presidente (Gabinete, Assessoria de Imprensa, Assessoria do Cerimonial e Assessoria Política). A Secretaria da Câmara, considerada um órgão de atividade operacional, adquiriu, então, a seguinte estrutura: Diretoria Geral, Diretoria do Legislativo, Diretoria da Administração e Diretoria de Informática. O protocolo e expedição, bem como a segurança interna, eram diretamente subordinados ao Diretor Geral.

Ainda em 1989 a Secretaria teve seu organograma novamente modificado, passando a ser composta pelas seguintes diretorias: Geral, do Legislativo, de Administração e Finanças, de Recursos Humanos e de Informática. As atividades de protocolo e expedição, além das de segurança interna, seriam exercidas pelo Gabinete do Diretor Geral.

Em 1993, a resolução 1878, de 21 de dezembro, criava o Serviço de Defesa Contra Atos de Discriminação, cuja incumbência o próprio nome já apresentava.

A organização administrativa da Câmara foi disciplinada através da resolução nº 2024, de 23 de junho de 1997. O assessoramento aos vereadores era exercido pelas assessorias de Cerimonial, Imprensa, Informática e Planejamento. A Secretaria, por sua vez, tinha suas atribuições executadas pela Auditoria, Procuradoria, Superintendência, sendo esta composta pelos órgãos: Diretoria de Administração e Finanças, Diretoria de Recursos Humanos e Diretoria do Legislativo.

A atual estrutura da Secretaria foi definida por meio da deliberação nº 04/2003, subdividindo o órgão em Procuradoria, Auditoria, Cerimonial (determinado pela deliberação nº 02/2006) e Diretoria Geral. A competência essencial desta diretoria é a definição de diretrizes, políticas e estratégias em apoio às atividades institucionais, possuindo órgãos subordinados: Coordenadoria de Assuntos Sociais, Coordenadoria de Comunicação Institucional, Diretoria de Administração e Finanças, Diretoria de Recursos Humanos e Diretoria do Legislativo (cujos órgãos componentes e respectivas competências tiveram suas atribuições definidas pela deliberação nº 18/05).

*História arquivística*<sup>1</sup>: A primeira referência encontrada a respeito da custódia dos documentos da Câmara é datada de 1956. Trata-se da resolução municipal nº 38, de 13 de janeiro, que determina que a Secretaria da Câmara seja composta pela Diretoria do Expediente e pela Diretoria dos Serviços Legislativos. À primeira, cabe a organização do arquivo referente aos vereadores, colecionando em pastas individuais os requerimentos, as representações, as indicações ou outros documentos. Ao Setor de Protocolo e Registro, inserido naquela diretoria, cabe a organização do arquivo dos documentos referentes aos vereadores. A Diretoria dos Serviços Legislativos, por sua vez, contém o Setor de Arquivo, sendo esse responsável pelo recolhimento, conservação, catalogação, arquivamento e desarquivamento de documentos relativos à Câmara e às comissões. A esse setor são recolhidos todos os documentos que tenham finalizado sua tramitação ou os que não tenham sido finalizados ao encerrar-se a legislatura. Os processos que contém projetos de lei ou resolução devem ser arquivados, assim que finalizar a sua tramitação, com aprovação ou rejeição, devendo, também, ser relacionados por índices. Ao Serviço de Taquigrafia/Diretoria dos Serviços Legislativos, dentre diversas incumbências, cabe datilografar cada discurso em três vias: a primeira destinada aos anais da Câmara, para revisão, e as outras encaminhadas ao Arquivo. A resolução municipal nº 40, de 28 de abril daquele ano, determinava que, da sessão de instalação, lavrar-se-ia a ata em livro próprio, cujas cópias autenticadas seriam encaminhadas à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e ao Arquivo Público Mineiro. Segundo essa resolução, uma das competências do secretário seria o recolhimento e a guarda dos projetos e suas emendas, indicações, requerimentos, moções e pareceres das comissões. Além disso, os originais de leis e resoluções deveriam ser registrados no livro competente e arquivados na Secretaria da Câmara.

A resolução municipal nº 552, de 23 de dezembro de 1983, apresentava mudanças significativas, no que diz respeito ao arquivamento dos documentos referentes ao processo legislativo. Determinava que a Divisão de Taquigrafia e Áudio-gravação/Diretoria do Legislativo passaria a ter como atribuições: a organização e atualização dos arquivos dos documentos traduzidos e discursos, a gravação das reuniões em plenário e das comissões de inquérito e a catalogação e o arquivamento das fitas. À Divisão das Comissões/Diretoria do Legislativo caberia a organização e atualização dos arquivos e fichários referentes à tramitação de projetos e requerimentos nas Comissões. O setor de Correspondência Oficial, por sua vez, deveria manter anotados e atualizados os arquivos, fichários e livros de entrada e saída de documentos e processos; e enviar ao órgão próprio, para arquivamento, cópias dos autógrafos das leis, resoluções e proposições aprovadas. A Divisão de Multigrafia e

---

<sup>1</sup> Contribuições de funcionários da CMBH: Adriana Alvarenga Alencastre Gosende; Claudete Fátima Leal; Cristiano Ricardo Pereira; Humberto Fernandes de Oliveira; Linéia Tiradentes Costa; Maria José de Santis Sica; Maria Joana da Silva Felipe e Sônia Márcia Brandão.

Reprodução de documentos teria como competência a atualização e o arquivamento dos pareceres e votos emitidos em proposições. Enfim, foi criada a Divisão de Biblioteca e Arquivo, cuja incumbência seria o recolhimento, a avaliação, a descrição, a aquisição, a custódia e a conservação dos documentos de caráter administrativo e legislativo de valor histórico e legal.

A lei nº 4758, de 13 de agosto de 1987, criou a Diretoria de Informática, que continha as seções de digitação e de audiovisual. Essa diretoria, pela lei municipal nº 5628, de 24 de novembro de 1989, passou a contar com a Divisão de Microfilmagem.

O mais recente regimento interno da Câmara, contido na resolução nº 1480, de 07 de dezembro de 1990, determinava, através do artigo 174, que a Câmara deveria manter em seus arquivos os originais das proposições e que poderia transferir para o Arquivo Público Municipal os originais de propostas de emenda à Lei Orgânica e de projetos que não houvessem sido aprovados.

No ano seguinte, através da lei nº 5900, de 20 de maio de 1991, foi criado o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), com a finalidade de recolher e promover a preservação e divulgação do patrimônio documental de órgãos e unidades públicas municipais, bem como documentos privados de interesse público. A lei municipal nº 5899, que institui a política municipal de arquivos, publicada, também, em 20 de maio de 1991, define os arquivos públicos como o conjunto de documentos produzidos e recebidos no exercício de suas atividades, por órgãos públicos municipais em decorrência de suas atividades executivas e legislativas. Os conjuntos de documentos, produzidos e recebidos, por instituições de caráter público municipal e por entidades privadas, encarregadas da gestão de serviços públicos municipais, também passaram a ser considerados públicos. O artigo 14 apresentava como arquivos municipais o arquivo do Poder Executivo e o arquivo do Poder Legislativo. Tais leis foram baseadas na lei federal nº 8159 de 08 de janeiro de 1991, que dispunha sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

No âmbito da Câmara Municipal, a Biblioteca e o Arquivo deixaram de existir na estrutura administrativa, a partir da resolução nº 2024, de 23 de junho de 1997.

A responsabilidade de gravação das atividades da Câmara em fitas magnéticas ficou sob a responsabilidade da Diretoria de Administração e Finanças, a partir da deliberação nº 04, de 19 de dezembro de 2003. Esse tipo de documento passou a ser destinado ao APCBH em decorrência da deliberação nº 08, de 26 de março de 2005, que determinou que as fitas de gravação das reuniões plenárias e de comissões ficariam guardadas na diretoria responsável pelo serviço de som, por dois anos e que, em março de cada ano, essa diretoria deveria enviar as fitas do terceiro ano anterior ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Nessa mesma direção, a deliberação nº 18, de 12 de dezembro de 2005, definiu em seu artigo 12 que “após terem sido digitalizados os documentos pertinentes ao processo legislativo, os originais respectivos deverão ser encaminhados ao Arquivo Público Municipal, conforme procedimentos e temporalidade estabelecidos em convênio ou normas próprias”.

A deliberação nº 04, de 19 de dezembro de 2003, já previa mudanças na forma de arquivamento da documentação relacionada ao processo legislativo, ao determinar que a Diretoria do Legislativo deveria realizar a digitalização dos documentos concernentes ao processo legislativo e administrar a sua guarda.

No que diz respeito ao espaço físico, o Conselho Deliberativo, o Conselho Consultivo e a Câmara Municipal tiveram como sede, entre 1914 e 1973, o edifício em estilo manuelino, localizado na Rua da Bahia esquina com Avenida Augusto de Lima. A partir de dezembro de 1973, a Câmara passou a ocupar um prédio situado à Rua Tamoios, 341, denominado Palácio Francisco Bicalho. Em junho de 1988 a sede do legislativo foi transferida para a Avenida dos Andradas, 3100, onde permanece até hoje.

Segundo funcionários da atual Diretoria de Recursos Humanos, a microfilmagem de documentos foi realizada por volta de 1983. No entanto, devido à precariedade dos recursos utilizados, houve grande dificuldade em acessar o material.

Em 1991, no contexto do regimento interno, que determinava que a Câmara poderia transferir para o arquivo público municipal os originais de propostas de emenda à Lei Orgânica e de projetos que não tenham sido aprovados, publicado em dezembro de 1990, a Diretoria do

Legislativo iniciou um trabalho para definir a temporalidade dos documentos do processo legislativo. Foram elaborados e preenchidos formulários com informações sobre o tempo de guarda dos documentos e determinou-se que a documentação, cuja permanência na Câmara não fosse mais necessária, seria enviada ao APCBH. Também nesse contexto, as Diretorias tornaram-se responsáveis pela guarda do próprio acervo.

Os dois primeiros recolhimentos de documentos da Câmara ao APCBH ocorreram na década de 1990. No primeiro semestre de 1993 foram recolhidos documentos de caráter administrativo e financeiro (orçamentos, balanços, empenhos, etc.) e relacionados ao processo legislativo, produzidos entre 1941 e 1991. Em 1994 foram recolhidos projetos não aprovados e proposições produzidas entre 1977-1992.

A partir de 2005, no contexto de novas definições legais em relação à guarda do acervo do legislativo, já descritas acima, e da parceria formal entre APCBH e Câmara, foram realizados diversos recolhimentos. Em março de 2005 o APCBH recolheu as fitas magnéticas que contêm as gravações das diversas atividades da Câmara no período entre 1970 e 2002. Também foi recolhido o acervo de rolos de microfilmes 16 milímetros, que contêm documentos diversos, relacionados ao processo legislativo no período de 1947 a 1999.

A partir de outubro de 2006 iniciou-se o recolhimento da massa documental textual, relacionada ao processo legislativo acumulada pela Câmara desde 1947 até 2005. A documentação foi paulatinamente recolhida até fevereiro de 2008. Todo o acervo foi tratado por uma equipe técnica constituída no APCBH especialmente para executar o plano de acondicionamento e arranjo do acervo, previsto em uma Proposta Técnico-Orçamentária formulada em novembro de 2005.

O segundo convênio, assinado entre a Câmara e o Arquivo, garantiu, ao longo dos anos de 2008 e 2009 o recolhimento e integração ao fundo documental do acervo relativo ao processo legislativo produzido entre 2005 e 2008 e o tratamento de fotografias e de negativos. Os documentos textuais foram digitalizados no Arquivo que enviou para a Câmara cópias digitais do acervo. O acervo fotográfico foi recebido acondicionamento provisório e posteriormente será realizado o arranjo e a descrição. Foi elaborada uma lista preliminar das fotografias e negativos que permite o acesso à documentação. A lista preliminar encontra-se disponível na sala de consultas do APCBH.

*Procedência:* Câmara Municipal de Belo Horizonte.

*Âmbito e conteúdo:* o fundo é constituído por documentos em suportes diversos, relacionados às atividades do processo legislativo e de contabilidade e controle administrativo financeiro produzidos e recebidos pela CMBH.

*Avaliação, eliminação e temporalidade:* a CMBH não dispõe de tabela de temporalidade de documentos. No ano de 1991 iniciou-se um processo de elaboração de tabela de temporalidade dos documentos relacionados ao processo legislativo que não foi concluído. O acervo foi recolhido sem informações sobre eliminações procedidas pelo produtor ou perda involuntária. No entanto, através da análise das séries documentais é possível perceber quais estão completas e quais possuem lacunas. O convênio assinado em 2005 entre a Câmara e o APCBH regulou o recolhimento do acervo decorrente do processo legislativo. Os documentos de contabilidade e controle administrativo financeiro já haviam sido recolhidos ao Arquivo em 1993 e não houve continuidade do envio da documentação dessa natureza. Portanto, o subfundo Diretoria de Administração e Finanças apresenta a maior parte de séries incompletas.

Apesar de a Câmara não possuir uma Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, existem algumas definições acerca da temporalidade e destinação, vide o campo História Arquivística.

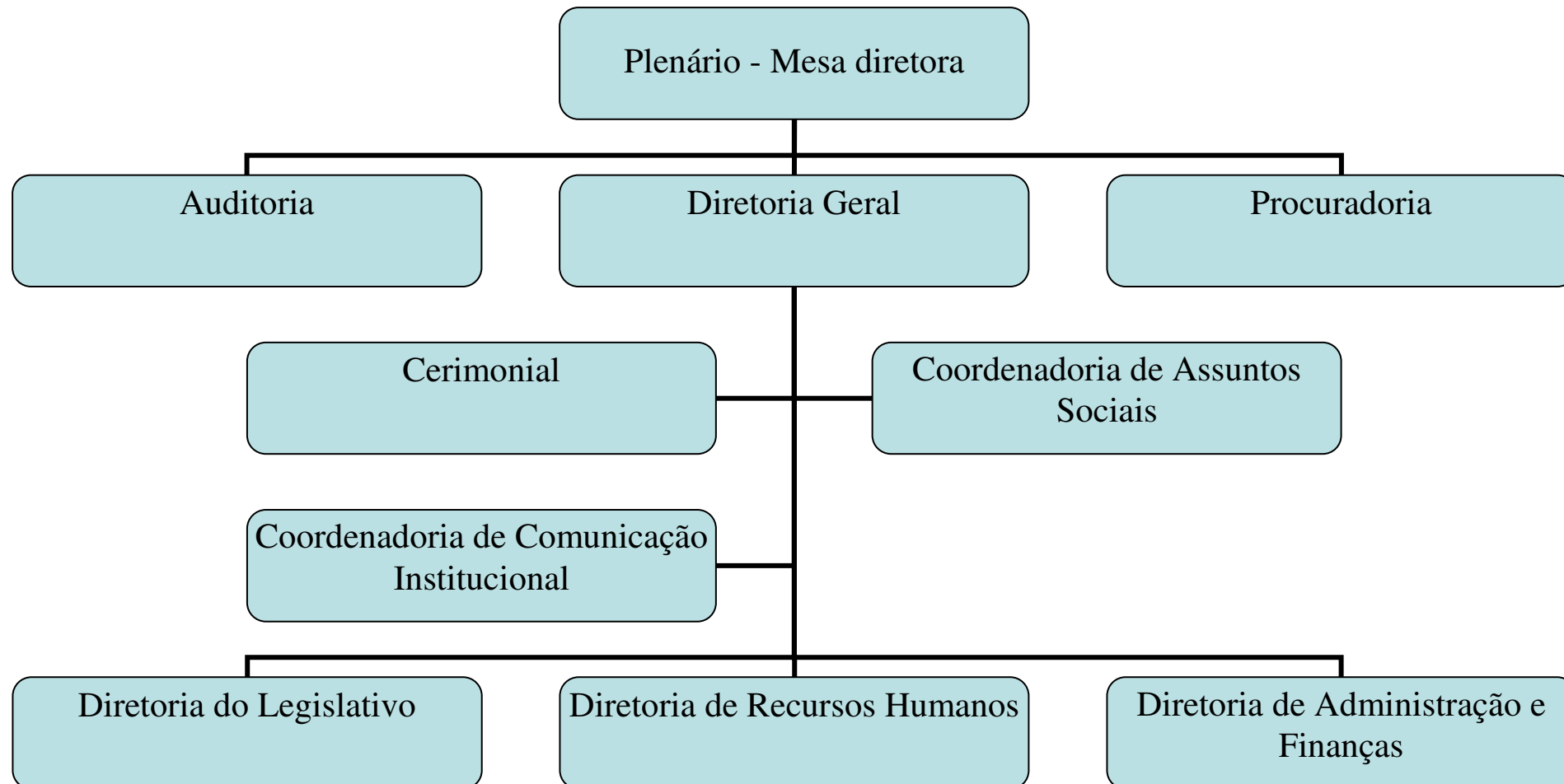
*Incorporação:* o fundo continuará a receber a documentação proveniente da Câmara Municipal. Um convênio já assinado entre a Câmara e o Arquivo prevê para o ano de 2010 o início dos

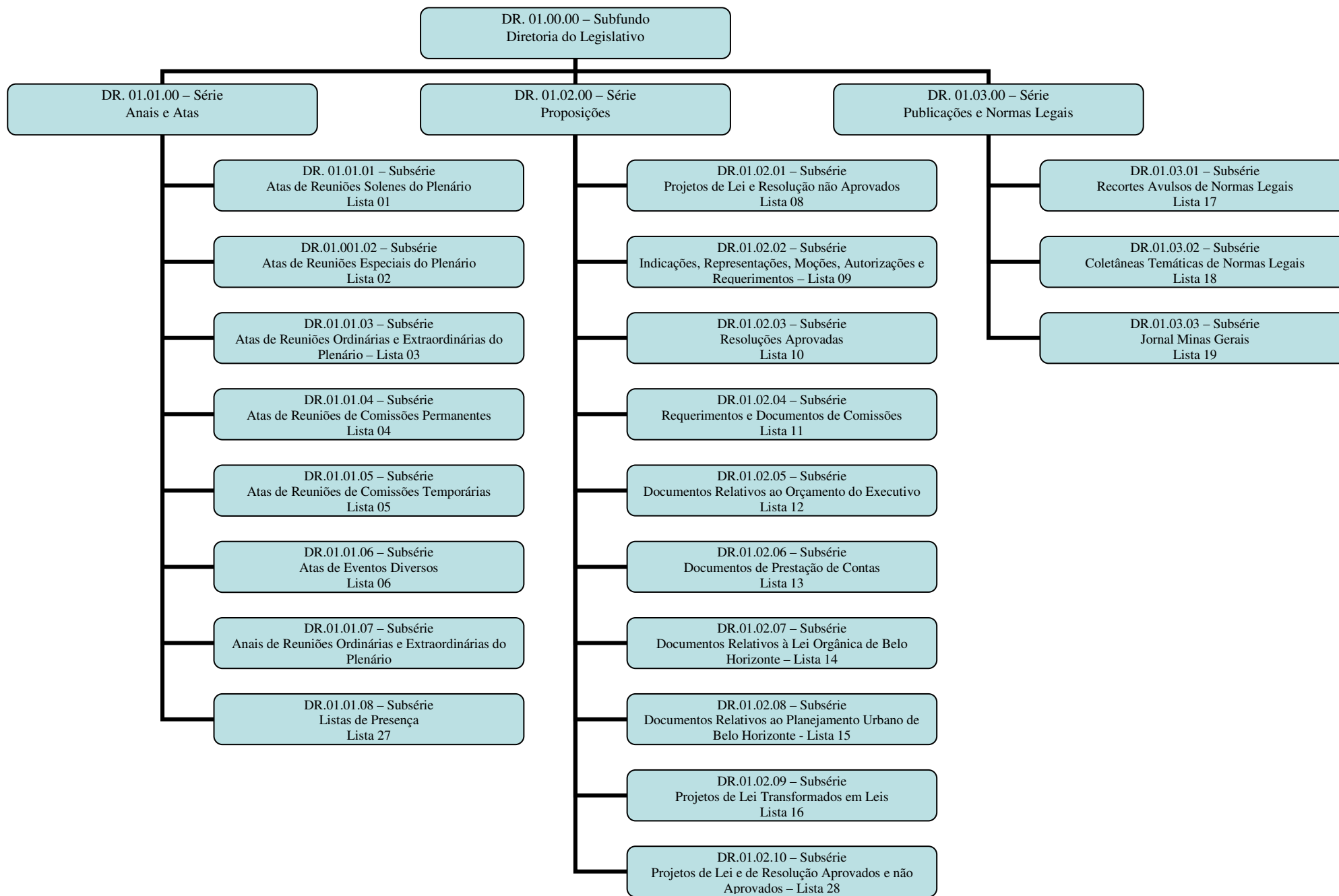
trabalhos para o recolhimento e integração ao fundo documental do acervo relativo ao processo legislativo produzido entre 2009 e 2012.

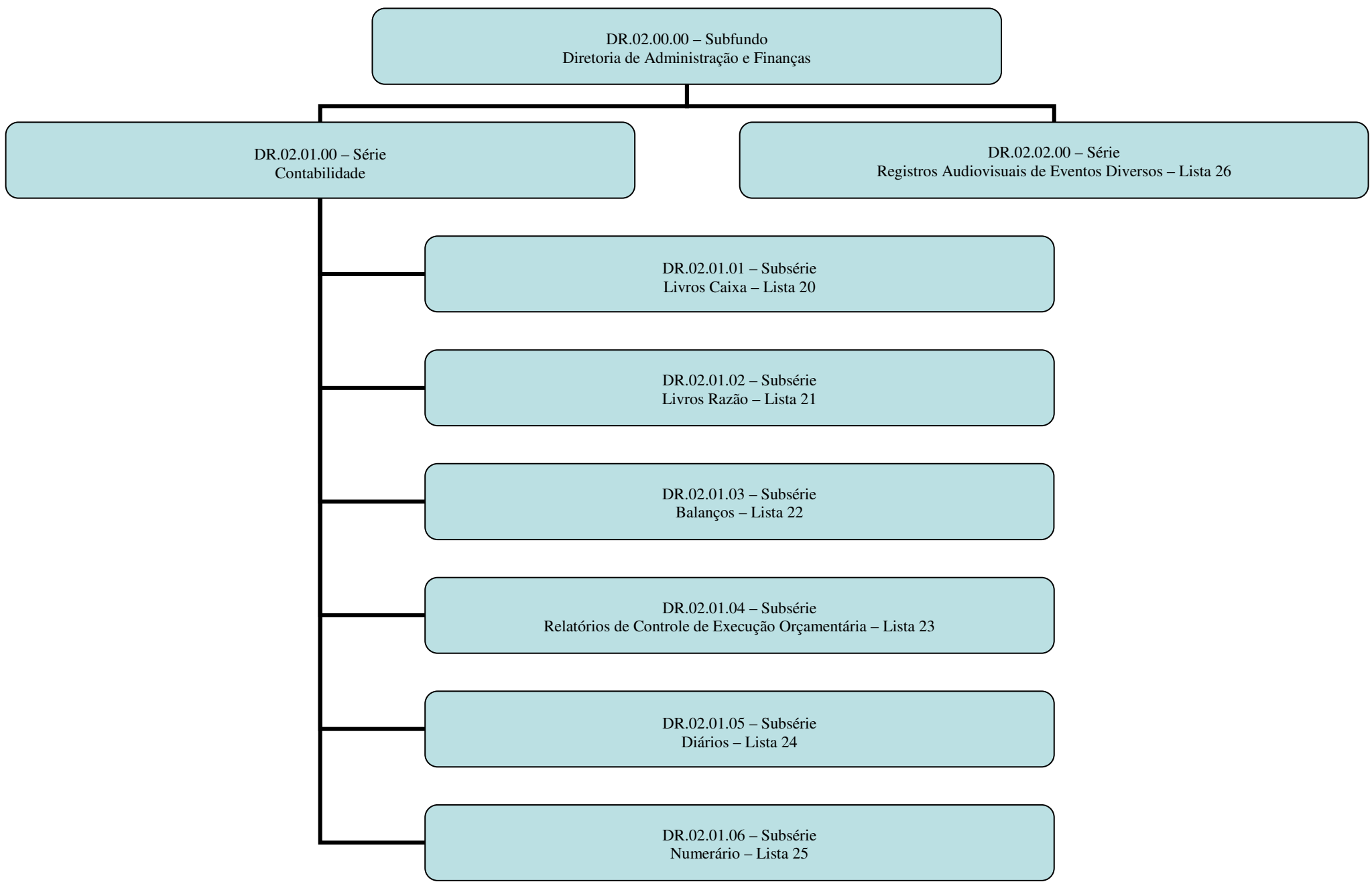
*Sistema de arranjo:* Seguindo norma do APCBH, adequou-se as atividades que supostamente geraram os documentos em questão à estrutura organizacional da Câmara vigente em 2007, ano do recolhimento da maior parte do acervo do fundo e de sua organização. Este é dividido em dois subfundos. O Subfundo Diretoria do Legislativo reúne documentos produzidos em decorrência do processo legislativo, a organização original dada pelo produtor foi respeitada. O Subfundo Diretoria de Administração e Finanças agrupa artificialmente documentos referentes ao serviço contábil e de controle administrativo financeiro. Fitas magnéticas com gravações em áudio (fitas de rolo, fitas cassete e fitas VHS) das atividades da Câmara também compõem este subfundo, já que em 2003 a Diretoria de Administração e Finanças tornou-se responsável pelo serviço de audio-gravação.



## Organização da Câmara Municipal de Belo Horizonte







*Condições de acesso:* A totalidade dos documentos constitutivos desse fundo é de livre consulta aos usuários, desde que observados os cuidados no manuseio necessários para a sua conservação. Para realizar pesquisas no acervo, o consulente deverá solicitar os documentos de interesse ao atendente da sala de consultas informando o código de arranjo.

Para a consulta aos rolos de microfimes 16 milímetros, deverá ser feita uma solicitação para o acesso, já que o APCBH ainda não possui máquinas leitoras para esse tipo de microfilme. Para o acesso aos documentos digitais, consulte o atendente da sala de consultas.

*Condições de reprodução:* Os documentos poderão ser fotografados de modo a não danificá-los, não é permitido realizar cópias xerográficas ou digitalização por aparelhos *scanner*.

*Idiomas:* Português

*Características físicas:* Os documentos textuais se apresentam como livros, encadernações de capa dura ou dossiês, sendo as folhas manuscritas, datilografadas ou as mais recentes, digitadas. Há também pré-impessos, tais como recibos, notas fiscais, ordens de pagamento e outros. Há pouquíssimas fotografias integradas à documentação textual. Os microfimes apresentam-se em rolos de 16 milímetros. As gravações em áudio estão registradas em fitas magnéticas de rolo, cassete e VHS. Os documentos foram higienizados e armazenados em locais apropriados. O acervo audiovisual encontra-se em um ambiente climatizado. A maioria encontra-se em bom estado para a leitura e para a escuta.

*Instrumentos de Pesquisa:* Ao final da descrição do Fundo neste instrumento de pesquisa encontram-se índices dos itens documentais ordenados por data e agrupados por séries e subséries. Considera-se como item documental, no caso de documentos textuais, o livro, a encadernação e o processo ou dossiê, esse último reunindo folhas soltas resultantes de uma mesma ação ou de mesmo tipo documental referentes a um determinado período de tempo. No caso de rolos de microfimes e fitas magnéticas, considerou-se cada unidade como um item documental.

Na década de 1990, a Câmara Municipal passou a utilizar a base LIGHT para registro de referências e busca de informações acerca de seu acervo. Através de palavras-chave, expressões e datas é possível realizar pesquisas e obter referências de documentos de interesse. Em um computador na sala de consultas do APCBH está disponível à consulta a base LIGHT, anexo a esse instrumento de pesquisa encontra-se um *Manual de orientação para a consulta à Base LIGHT*.

*Documentos relacionados:* Dossiês de projetos de leis propostos pelo Executivo que tramitaram no executivo, Fundo Secretaria Municipal do Governo.

Exemplares do Diário Oficial do Município que publica as normas legais do Município de Belo Horizonte desde 1995, Fundo Assessoria de Comunicação Social.

Coletâneas de normas legais do Município, Fundo Secretaria Municipal de Administração.

Recortes de publicações do Jornal Minas Gerais - proposições de leis, leis e resoluções, Fundo Procuradoria Geral do Município.

Anais do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte e da Câmara Municipal, Coleção 14, Coleção Anais do Legislativo de Belo Horizonte (1916 – 1951).

Legislação Municipal Impressa, Coleção 11, Coleção Legislação Municipal Impressa.

Relatórios anuais de prefeitos, Coleção 01, Coleção dos relatórios anuais de atividades da Prefeitura de Belo Horizonte.

Livro contendo termos de juramento e de posse de membros do Conselho Deliberativo e da Câmara Municipal, 1900 a 1997, Museu Histórico Abílio Barreto.

*Notas:* Na descrição de cada série e subsérie, o campo *Dimensões do acervo* informa qual o suporte da documentação, papel, imagem digital, microfilme, fita magnética ou película.

Anexo a este instrumento de pesquisa encontram-se os quatro Regimentos Internos da Câmara Municipal publicados em 1947, 1956, 1972 e 1990 que normatizam o funcionamento do órgão.

As datas de referência dos itens apresentadas nas tabelas de descrição das séries e subséries tiveram como referência o(s) ano(s) base.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.00.00

Título: **Diretoria do Legislativo**

Datas: **1947-2008**

Nível de descrição: **Subfundo**

Dimensões e suporte do acervo: 164,86 metros lineares de documentos textuais; imagens digitais de documentos textuais; 498 rolos de microfilmes.

Sistema de arranjo<sup>2</sup>: Esse subfundo reúne três séries que agrupam os documentos produzidos no processo legislativo ou a ele diretamente relacionados: as atas e os anais que registram as reuniões ocorridas na Câmara, as proposições apresentadas neste órgão e as publicações de normas legais. O subfundo é composto por documentos produzidos pela própria Câmara e documentos recebidos de outros órgãos.

Notas: A série DR.02.02.00, Registros Audiovisuais de Eventos Diversos, do subfundo Diretoria de Administração e Finanças possui documentos diretamente relacionados ao processo legislativo.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.01.00

Título: **Anais e Atas**

Datas: **1947-2008**

Nível de descrição: **Série**

Dimensões e suporte do acervo: 10,87 metros lineares constituídos por 181 volumes desencadernados; imagens digitais de documentos textuais; 92 rolos de microfilmes 16 milímetros.

Âmbito e conteúdo: Essa série reúne sete subséries criadas pelo órgão produtor com registros escritos que relatam o que se passou nas reuniões de plenário e de comissões e em eventos ocorridos na Câmara e relacionados ao processo legislativo. Seis subséries reúnem atas que relatam sucintamente e em forma de crônica as sessões de plenário e de comissões diversas. As subséries que reúnem as atas são as seguintes: Atas de reuniões solenes do plenário; Atas de reuniões especiais do plenário; Atas de reuniões ordinárias e extraordinárias do plenário; Atas de reuniões de comissões permanentes; Atas de reuniões temporárias; Atas de eventos diversos. A subsérie *Anais de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Plenário* reúne anais que registram a transcrição detalhada das reuniões de plenário.

Notas: No inventário publicado em 2008 o nome dessa série era *Anais e Livros de Atas*.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.01.01

Título: **Atas de Reuniões Solenes do Plenário**

Datas: **1957-2008**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 1,33 metros lineares constituídos por 21 volumes desencadernados. Todos os documentos dessa subsérie existem em papel, parte deles estão microfilmados e digitalizados.

Âmbito e conteúdo: As atas lavradas nessas encadernações registram as reuniões solenes para a comemoração de efemérides, entrega de títulos de cidadão honorário, entrega de medalhas e de diplomas de honra ao mérito e de mérito de diversas categorias, mérito desportivo, mérito educacional, mérito artístico, mérito empresarial e mérito cultural, dentre outros. Os documentos registram a presença das autoridades e informações biográficas acerca das pessoas físicas e/ou a trajetória histórica de instituições homenageadas. Esses livros também contêm atas de reuniões solenes de instalação de legislatura e para a eleição e posse da Mesa Diretora e reuniões solenes em comemoração à efemérides.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 01**. No inventário publicado em 2008 o nome dessa subsérie era *Livros de Atas de Reuniões Solenes do Plenário*.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.01.02

---

<sup>2</sup> Colaboração de funcionários da CMBH: Cássia Aparecida Ferreira Arruda e Maria Joana da Silva Felipe.

Título: **Atas de Reuniões Especiais do Plenário**

Datas: **1988-2008**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 0,57 metros lineares constituídos por 08 volumes desencadernados. Todos os documentos dessa subsérie existem em papel, parte deles estão microfilmados e digitalizados.

Âmbito e conteúdo: Os volumes contêm atas de reuniões especiais realizadas em plenário para a exposição e discussão de assuntos relevantes de interesse público.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 02**. No inventário publicado em 2008 o nome desta Subsérie era *Livros de Atas de Reuniões Especiais do Plenário*.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.01.03

Título: **Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Plenário**

Datas: **1947-2008**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 3,86 metros lineares constituídos por 73 volumes desencadernados. Todos os documentos dessa subsérie existem em papel, parte deles estão microfilmados e digitalizados.

Âmbito e conteúdo: Os volumes contêm atas de reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas em plenário para a exposição, discussão e deliberação de proposições diversas.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 03**. No inventário publicado em 2008 o nome desta Subsérie era *Livros de Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Plenário*.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.01.04

Título: **Atas de Reuniões de Comissões Permanentes**

Datas: **1947-2008**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 3,63 metros lineares constituídos por 55 volumes desencadernados. Todos os documentos dessa subsérie existem em papel, parte deles estão microfilmados e digitalizados.

Âmbito e conteúdo: Os volumes contêm atas de reuniões das diversas comissões permanentes para a exposição, discussão e deliberação de proposições. Contém também atas de reuniões conjuntas de comissões permanentes. Algumas encadernações dessa subsérie possuem atas de reuniões de comissões temporárias. No índice dos itens documentais dessa subsérie, as encadernações que possuem esse tipo de ata estão grafadas em negrito. Algumas encadernações da subsérie *Atas de reuniões de comissões temporárias* possuem atas de reuniões de comissões conjuntas permanentes e de reuniões de comissões permanentes. As denominações das comissões citadas nos assuntos respeitam os regimentos vigentes nos respectivos períodos.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 04**. No inventário publicado em 2008 o nome desta Subsérie era *Livros de Atas de Reuniões de Comissões Permanentes*.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.01.05

Título: **Atas de Reuniões de Comissões Temporárias**

Datas: **1948-2008**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 1,02 metros lineares constituídos por 21 volumes desencadernados. Todos os documentos dessa subsérie existem em papel, parte deles estão microfilmados e digitalizados.

Âmbito e conteúdo: Os volumes contêm atas de reuniões das diversas comissões temporárias para a exposição, discussão e deliberação de proposições. Atualmente existem os seguintes tipos de comissões temporárias: comissão especial, para apreciar proposta de emenda à Lei Orgânica, para apreciar veto à proposição de lei e para estudar matéria de proposição que não seja de competência de comissão permanente; comissão processante; comissão

parlamentar de inquérito; comissão de representação. Algumas encadernações dessa subsérie possuem atas de reuniões de comissões conjuntas permanentes e de reuniões de comissões permanentes. No índice dos itens documentais dessa subsérie, as encadernações que possuem esse tipo de ata estão grafadas em negrito. Algumas das encadernações da subsérie *Atas de reuniões de comissões permanentes* possuem atas de reuniões de comissões temporárias.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 05**. No inventário publicado em 2008 o nome desta Subsérie era *Livros de Atas de Reuniões de Comissões Temporárias*.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.01.06

Título: **Atas de Eventos Diversos**

Datas: **1976-2007**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 0,2 metros lineares constituídos por 03 volumes desencadernados. Todos os documentos dessa subsérie existem em papel, parte deles estão microfilmados e digitalizados.

Âmbito e conteúdo: Os volumes contêm atas de eventos diversos ocorridos na Câmara Municipal e relacionados ao processo legislativo, tais como reuniões da Mesa Diretora.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 06**. No inventário publicado em 2008 o nome desta Subsérie era *Livros de Atas de Eventos Diversos*.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.01.07

Título: **Anais de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Plenário**

Datas: **1947-1975**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 84 rolos de microfilmes 16 milímetros. Todos os documentos dessa subsérie estão exclusivamente em microfilmes.

Âmbito e conteúdo: Essa subsérie reúne anais que registram a transcrição detalhada das reuniões de plenário. Os registros trazem discursos e debates ocorridos no cotidiano das atividades legislativas da Câmara Municipal.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 07**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.01.08

Título: **Listas de Presença**

Datas: **2005-2008**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 0,26 metros

Âmbito e conteúdo: Essa subsérie reúne listas de presença de vereadores em reuniões de comissões permanentes e temporárias.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 27**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.02.00

Título: **Proposições**

Datas: **1947 - 2008**

Nível de descrição: **Série**

Dimensões e suporte do acervo: 151,88 metros lineares; imagens digitais de documentos textuais; 117 rolos de microfilmes 16 milímetros.

Âmbito e conteúdo: Essa série reúne nove subséries criadas pelo órgão produtor. Agrupa dossiês, e encadernações com registros da apresentação e tramitação de proposições, ou seja, toda a matéria sujeita à deliberação da Câmara. São elas denominadas: projetos de lei e de resolução não aprovados; indicações, representações, moções, autorizações e requerimentos; resoluções aprovadas; requerimentos e documentos de comissões; documentos orçamentários; prestação de contas; documentos relativos à Lei Orgânica de



Belo Horizonte; documentos relacionados ao planejamento urbano de Belo Horizonte, projetos de lei transformados em leis.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.02.01

Título: **Projetos de Lei e de Resolução não Aprovados**

Datas: **1977 - 2004**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 24,67 metros lineares constituídos por 6034 dossiês. Todos os documentos dessa subsérie existem em papel. Parte deles estão microfilmados e digitalizados.

Âmbito e conteúdo: Os documentos que compõem essa subsérie são dossiês originados por projetos de lei apresentados por vereadores e pelo Executivo e não aprovados pelo plenário ou por comissões da Câmara. Há também as proposições de lei, originadas em projetos de lei aprovados na Câmara que foram enviadas para o executivo e vetadas. Intercaladas aos projetos e proposições de lei estão os projetos de resolução não aprovados. Os documentos estão organizados em processos que registram sua tramitação e seguem uma ordem cronológica, sendo que cada dossiê apresenta um número seqüencial atribuído pela Câmara. O índice dos itens documentais dessa subsérie apresenta a descrição da ementa de cada proposição. A subsérie BR.APCBH//DR.01.02.10 reúne Projetos de Lei e de Resolução aprovados e não aprovados produzidos a partir do ano de 2005.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 08**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.02.02

Título: **Indicações, Representações, Moções, Autorizações e Requerimentos**

Datas: **1983 - 2008**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 31,91 metros lineares constituídos por 811 dossiês. Todos os documentos dessa subsérie existem em papel e em imagens digitais, parte deles estão microfilmados.

Âmbito e conteúdo: Os documentos reunidos nessa subsérie registram proposições diversas, (indicações, representações, moções, autorizações e requerimentos) apresentadas pelos vereadores. As proposições estão reunidas por autor e por ano em dossiês que incluem proposições aprovadas e não aprovadas. O índice dos itens documentais dessa subsérie traz a seqüência cronológica dos dossiês que agrupam as diversas proposições apresentadas por vereador em um ano. Nessa subsérie também são encontradas proposições de autorias múltiplas, identificadas pelo ano.

Além disso, fazem parte desse agrupamento requerimentos encaminhados às comissões, encaminhamentos de proposições e outros ofícios relacionados a licenças médicas do prefeito, denúncias de irregularidade, autuações, atos de posses, normas legais e prestação de contas. Neste caso foi respeitada a forma como os documentos foram arquivados em seu órgão produtor, ou seja, não houve subdivisão anual.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 09**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.02.03

Título: **Resoluções Aprovadas**

Datas: **1947-2005**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 8,85 metros lineares constituídos por 2058 dossiês. Os documentos dessa subsérie existem em papel e em imagens digitais.

Âmbito e conteúdo: Cada processo reúne um projeto de resolução e os documentos relacionados à sua tramitação na Câmara Municipal. Toda a resolução aprovada é numerada a partir de uma seqüência iniciada no ano de 1947. O índice dos itens documentais dessa subsérie baseia-se nesse número. As resoluções regulamentam assuntos internos da Câmara de conteúdo político, processual, legislativo e administrativo. A subsérie

BR.APCBH//DR.01.02.10 reúne Projetos de Resolução Aprovados produzidos a partir do ano de 2005.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 10**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.02.04

Título: **Requerimentos e Documentos de Comissões**

Datas: **1974-2008**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 13,77 metros lineares. Os documentos dessa subsérie existem em papel e em imagens digitais.

Âmbito e conteúdo: Essa subsérie é formada por requerimentos que solicitam a constituição de comissões temporárias diversas, comissões parlamentares de inquérito, comissões de representação e comissões especiais. Além dos requerimentos para formação dessas comissões, há também dossiês que agrupam os documentos produzidos por elas. Também fazem parte dessa subsérie documentos relacionados a comissões permanentes e processantes, originadas de denúncias populares e de vereadores contra o Poder Executivo. O índice dos itens documentais dessa subsérie registra as descrições da ementa de cada um deles.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 11**. No inventário publicado em 2008 o nome desta Subsérie era *Requerimentos e Documentos de Comissões Temporárias*.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.02.05

Título: **Documentos Relativos ao Orçamento do Executivo**

Datas: **1975-2005**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 5,43 metros lineares constituídos por 103 volumes desencadernados. Os documentos dessa subsérie existem em papel e em imagens digitais.

Âmbito e conteúdo: A subsérie agrupa propostas orçamentárias, orçamentos anuais e planos plurianuais elaborados pelo Poder Executivo e encaminhados para a Câmara Municipal para apreciação e aprovação. Também fazem parte da subsérie emendas apresentadas pelo poder legislativo.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 12**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.02.06

Título: **Documentos de Prestação de Contas**

Datas: **1948-2005**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 4,21 metros lineares constituídos por 91 volumes desencadernados. Os documentos dessa subsérie existem em papel e em imagens digitais.

Âmbito e conteúdo: A subsérie agrupa relatórios e balanços anuais diversos do Poder Executivo e do Poder Legislativo que foram alvo de apreciação no plenário da Câmara Municipal. Contém também declaração de bens de prefeitos e vice-prefeitos.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 13**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.02.07

Título: **Documentos Relativos à Lei Orgânica de Belo Horizonte**

Datas: **1987-2008**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 2,65 metros lineares. Os documentos dessa subsérie existem em papel e em imagens digitais.

Âmbito e conteúdo: A subsérie contém documentos diversos produzidos ao longo do processo de elaboração da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, publicada em 1990, tais como: Atas e documentos diversos de comissões, emendas de vereadores e emendas populares,

relatórios finais, anteprojeto e clippings. Também fazem parte da subsérie Projetos de Emenda a Lei Orgânica (PELO) apresentados posteriormente a sua publicação.  
Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 14**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.02.08

Título: **Documentos Relativos ao Planejamento Urbano de Belo Horizonte**

Datas: **1984-2000**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 1,47 metros lineares. Os documentos dessa subsérie existem em papel e em imagens digitais.

Âmbito e conteúdo: A subsérie apresenta documentos relacionados à elaboração das leis nº 7165/96, que contém o Plano Diretor de Belo Horizonte; e nº 7166/96 que normatiza o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. A subsérie agrupa documentos diversos, tais como: projetos de lei relacionados às leis citadas, ementas, atas de reuniões de estudos, croquis, mapas e levantamentos aerofotogramétricos. Também são encontrados documentos relacionados ao projeto de lei nº 465/97 - transformado na lei nº 8137/00 – que altera os dispositivos das leis 7165/96 e 7166/96. Contém também os livros “Conheça Belo Horizonte” - com os mapas de Belo Horizonte e Contagem - “Uso e Ocupação do Solo” (1985) e “Plano Diretor e Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo” (1996)

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 15**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.02.09

Título: **Projetos de Lei Transformados em Lei**

Datas: **1948 - 2004**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 44,25 metros lineares constituídos por 3176 dossiês. Todos os documentos dessa subsérie existem em papel, parte deles estão microfilmados e digitalizados.

Âmbito e conteúdo: Essa subsérie contém processos que agrupam os projetos de lei que se transformaram em leis municipais e os documentos diversos relacionados à tramitação desses projetos, inclusive vetos parciais e totais de prefeitos. Respeitou-se a organização original elaborada pelo órgão produtor; assim sendo, os vetos ora são apresentados anteriormente aos projetos, ora posteriormente. A subsérie BR.APCBH//DR.01.02.10 reúne Projetos de Lei transformados em Lei a partir do ano de 2005.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 16**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.02.10

Título: **Projetos de Lei e de Resolução aprovados e não aprovados**

Datas: **2005-2008**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 14,67

Âmbito e conteúdo: Essa subsérie contém processos que agrupam projetos de lei e de resolução aprovados e não aprovados. Processos referentes aos projetos de lei e de resolução anteriores ao ano de 2005 podem ser encontrados nas seguintes subséries: BR.APCBH//DR.01.02.01 - Projetos de Lei e de Resolução não Aprovados; BR.APCBH//DR.01.02.03 - Resoluções Aprovadas; BR.APCBH//DR.01.02.09 - Projetos de Lei Transformados em Lei.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 28**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.03.00

Título: **Publicações de Normas Legais**

Datas: **1947-1999**

Nível de descrição: **Série**

Dimensões e suporte do acervo: 2,11 metros lineares de documentos textuais; 290 rolos de microfimes 16 milímetros.

Âmbito e conteúdo: A série é formada por publicações de normas legais do município de Belo Horizonte e está subdividida em três subséries: Recortes avulsos de normas legais, Coletâneas temáticas de normas legais e Jornal Minas Gerais.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.03.01

Título: **Recortes Avulsos de Normas Legais**

Datas: **1987-1995**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 1,65 metros lineares. Todos os documentos dessa subsérie existem exclusivamente em papel.

Âmbito e conteúdo: Compõe essa Subsérie, recortes de normas legais publicadas no jornal Minas Gerais.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 17**

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.03.02

Título: **Coletâneas Temáticas de Normas Legais**

Datas: **1937-1998**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 0,46 metros lineares, constituídos por 08 volumes desencadernados. Todos os documentos dessa subsérie existem exclusivamente em papel.

Nessa subsérie, excepcionalmente, encontram-se duas encadernações datadas desde 1937.

Âmbito e conteúdo: A subsérie reúne coletâneas temáticas de normas legais e índices de busca.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 18**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.01.03.03

Título: **Jornal Minas Gerais**

Datas: **1972-1999**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 290 rolos de microfimes. Todos os documentos dessa subsérie existem exclusivamente em rolos de microfimes 16 milímetros.

Âmbito e conteúdo: Cópias completas do Jornal Minas Gerais que publicava, no período abarcado pela subsérie, as normas legais do município de Belo Horizonte.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 19**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.02.00.00

Título: **Diretoria de Administração e Finanças**

Datas: **1947-2006**

Nível de descrição: **Subfundo**

Dimensões e suporte do acervo: 21,98 metros lineares.

Sistema de arranjo<sup>3</sup>: Esse subfundo reúne duas séries que abrigam documentos em papel relacionados à contabilidade e ao controle administrativo financeiro e gravações de áudio em fitas magnéticas das reuniões de plenário e das diversas comissões.

Código de referência: BR.APCBH//DR.02.01.00

Título: **Contabilidade**

Datas: **1941-1975**

Nível de descrição: **Série**

Dimensões e suporte do acervo: 21,98 metros lineares.

Âmbito e conteúdo: Essa série reúne seis subséries artificialmente criadas, que agrupam documentos originados de atividades rotineiras da contabilidade. São elas denominadas:

---

<sup>3</sup> Colaboração de funcionários da CMBH: Humberto Fernandes de Oliveira e Janine Maria dos Santos.

Livros Caixa; Balanços Patrimoniais; Livros Razão; Relatórios de Controle de Execução Orçamentária; Diários e Numerário.

Código de referência: BR.APCBH//DR.02.01.01

Título: **Livros Caixa**

Datas: **1947 - 1975**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 19,95 metros lineares constituídos por 341 encadernações.

Âmbito e conteúdo: Os documentos encadernados que resultaram nos Livros Caixa reunidos nessa subsérie consistem em papeletas ou processos que geralmente obedecem a uma estrutura. A capa registra uma solicitação de pagamento, anexos constam os diversos documentos relativos ao pagamento efetuado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, tais como faturas, orçamento, pedidos de fornecimento de materiais, folhas de pagamento e recibos.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 20**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.02.01.02

Título: **Livros Razão**

Datas: **1961 - 1974**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 0,82 metros lineares constituídos por 28 encadernações.

Âmbito e conteúdo: A subsérie reúne encadernações com registros de escrituração e de controle de movimentação bancária.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 21**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.02.01.03

Título: **Balanços**

Datas: **1961 - 1974**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 0,11 metros lineares constituídos por 07 encadernações.

Âmbito e conteúdo: Os volumes reunidos nessa subsérie compreendem balanços que trazem um resumo do movimento financeiro de caixa e o registro dos bens constituintes do patrimônio da Câmara.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 22**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.02.01.04

Título: **Relatórios de Controle de Execução Orçamentária**

Datas: **1954 - 1974**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 0,42 metros lineares constituídos por 20 encadernações.

Âmbito e conteúdo: A subsérie agrupa encadernações intituladas “empenho e despesas” e “requisições e empenho” que reúnem formulários numerados referentes ao processamento de despesas da Câmara e empenhos de pagamentos.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 23**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.02.01.05

Título: **Diários**

Datas: **1961-1975**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 0,67 metros lineares constituídos por 08 encadernações.

Âmbito e conteúdo: Lançamentos diários de débito e crédito.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 24**

Código de referência: BR.APCBH//DR.02.01.06

Título: **Numerário**

Data: **1963**

Nível de descrição: **Subsérie**

Dimensões e suporte do acervo: 0,01 metros lineares.

Âmbito e conteúdo: Registro de repasse de verba efetuado à Câmara no ano de 1963 produzido pela Divisão de Orçamento e Contabilidade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Notas: O índice dos itens documentais dessa subsérie está na **lista 25**.

Código de referência: BR.APCBH//DR.02.02.00

Título: **Série Registros Audiovisuais de Eventos Diversos**

Datas: **1970-2006**

Nível de descrição: **Série**

Dimensões e suporte do acervo: 2883 fitas magnéticas de rolo, cassete e VHS; 2 películas.

Âmbito e conteúdo: A série agrupa fitas magnéticas que contêm gravações das diversas reuniões em plenário, das comissões temáticas e de outros eventos ocorridos na Câmara. O índice dos itens documentais dessa série traz informações recolhidas das fichas de identificação produzidas pelo órgão produtor no momento da gravação das fitas magnéticas, sendo que muitas encontram-se sem identificação. Também fazem parte da série dois filmes. A denominação das comissões e outras atividades exercidas na instituição foram atribuídas de acordo com o regimento atual (1990). Por vezes, aparece um algarismo entre parênteses diante de determinado assunto, o que indica que tal reunião ocorreu, em determinada data, na quantidade de vezes apresentada pelo numeral.

Notas: O índice dos itens documentais dessa série está na **lista 26**. Os dois filmes estão registrados ao final da lista.

## Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Introdução ao ambiente da Câmara*. Belo Horizonte: Diretoria de Recursos Humanos, [s.d. t].

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Norma brasileira de descrição arquivística* : NOBRADE. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2006.

SILVA, Regina Helena Alves da (Coord.). *O Legislativo e a cidade: domínios de construção do espaço público*. Belo Horizonte: CMBH, 1998.

## Fontes documentais

BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado ao S. Ex. o Sr. Governador Benedito Valadares Ribeiro pelo prefeito Otacílio Negrão de Lima e relativo ao período administrativo de 1935 – 1936*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1937.

BELO HORIZONTE. *Relatório sobre a situação econômico-financeira do Município de Belo Horizonte, referente ao exercício de 1936, apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Dr. Otacílio Negrão de Lima*. Belo Horizonte: Prefeitura, 1937. APCBH: C. 01 / d – 001.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Anais da Câmara Municipal de Belo Horizonte de 1936*. Belo Horizonte: [s.e], 1936. APCBH: C. 14 / b – 001.

## Legislação

BELO HORIZONTE. Decreto nº 01 de 30 de dezembro de 1937. Extingue a Secretaria da Câmara Municipal.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 182 de 27 de agosto de 1946. Institui o Conselho Consultivo da Prefeitura. *Prefeitura de Belo Horizonte*: 1946. Belo Horizonte: [s.e.], 1949 p. 15-16.

BELO HORIZONTE. Deliberação nº 04 de 24 de dezembro de 2003. Altera a estrutura administrativa da Secretaria da Câmara Municipal de Belo Horizonte. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, ano IX, nº 2024, dez. 2003.

BELO HORIZONTE. Deliberação nº 08 de 23 de março de 2005. Disciplina a guarda de fitas de reuniões da Câmara Municipal. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, ano XI, nº 2328, fev. 2007.

BELO HORIZONTE. Deliberação nº 18 de 20 de dezembro de 2005. Define as atribuições dos órgãos componentes da estrutura da Diretoria do Legislativo.

BELO HORIZONTE. Lei nº 10 de 24 de janeiro de 1903.

BELO HORIZONTE. Lei nº 336 de 27 de outubro de 1928.

BELO HORIZONTE. Lei nº 99 de 27 de junho de 1936. Organiza a Secretaria da Câmara Municipal.

BELO HORIZONTE. Lei nº 28 de 22 de novembro de 1947. Organização municipal.

BELO HORIZONTE. Lei nº 213 de 22 de novembro de 1947. Organiza a Secretaria da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. Lei nº 17 de 17 de fevereiro de 1948. Cria a Secretaria da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. Lei nº 5558 de 10 de maio de 1989. Dispõe sobre a organização administrativa da Câmara Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. Lei nº 5628 de 24 de novembro de 1989. Altera dispositivos da lei nº 5558, de 10 de maio de 1989, que “dispõe sobre a organização administrativa da Câmara Municipal de Belo Horizonte”, e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. Lei nº 0 de 21 de março de 1990. Lei Orgânica do município de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. Lei nº 5899 de 20 de maio de 1991. Dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. Lei nº 5900 de 20 de maio de 1991. Dispõe sobre a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. Portaria nº 18 de 02 de maio de 1935.

BELO HORIZONTE. Resolução nº 01 de 23 de novembro de 1947. *Regimento Interno*.

BELO HORIZONTE. Resolução nº 38 de 13 de janeiro de 1956. Aprova o regulamento e reestruturação do quadro de pessoal da Secretaria da Câmara.

BELO HORIZONTE. Resolução nº 40 de 28 de abril de 1956. Aprova o Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. Resolução nº 109 de 14 de novembro de 1962. Cria o Serviço de Secretaria da Mesa Diretora e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. Resolução nº 230 de 30 de setembro de 1970. Transforma em Serviço de Relações Públicas o Serviço de Secretaria da Mesa Diretora.

BELO HORIZONTE. Resolução nº 319 de 27 de outubro de 1975. Dá nova estrutura administrativa à Câmara Municipal de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. Resolução nº 534 de 07 de outubro de 1983. Altera a redação do artigo 67, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. Resolução nº 552 de 23 de dezembro de 1983. Dispõe sobre o novo quadro permanente da Secretaria da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. Resolução nº 4758 de 13 de agosto de 1987. Dispõe sobre a organização administrativa da Câmara Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. Resolução nº 1480 de 07 de dezembro de 1990. Contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. Resolução nº 1878 de 21 de dezembro de 1993. Cria na Câmara Municipal de Belo Horizonte Serviço de Defesa contra Discriminação.

BELO HORIZONTE. Resolução nº 2024 de 23 de junho de 1997. Disciplina a organização administrativa da Câmara Municipal de Belo Horizonte e estabelece normas restritivas para a realização de despesas.

BRASIL. Lei nº 8159 de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Decreto nº 1328 de 25 de outubro de 1899. Marca o dia 5 de novembro de 1899 para a eleição dos membros do Conselho Deliberativo da Capital do Estado.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9768 de 24 de novembro de 1930. Institui o regime das Prefeituras para a administração dos municípios do Estado.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9790 de 15 de dezembro de 1930. Subordina provisoriamente, à Secretaria do Interior, as secretarias do Senado Mineiro e Câmara dos Deputados e, à Prefeitura, a Secretaria do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte.



MINAS-GERAIS. Decreto nº 9847 de 2 de fevereiro de 1931. Reorganiza o governo provisório dos municípios.

MINAS GERAIS. Decreto-lei nº 11 de 13 de dezembro de 1937. Dispõe sobre a organização municipal.

MINAS GERAIS. Lei nº 275 de 12 de setembro de 1899. Institui na Capital do Estado um conselho deliberativo eleito pelo povo da mesma Capital e contém outras disposições.

MINAS GERAIS. Lei nº 10 de 24 de janeiro de 1903.

MINAS GERAIS. Lei nº 35 de 11 de fevereiro de 1909.

MINAS GERAIS. Lei nº 138 de 16 de outubro de 1917.

MINAS GERAIS. Lei nº 733 de 05 de outubro de 1918. Estabelece a competência dos prefeitos da Capital e das estâncias hidrominerais para vetar resoluções dos respectivos Conselhos Deliberativos, e contém outras disposições.

MINAS GERAIS. Lei nº 846 de 13 de setembro de 1923. Determina que a eleição a que se refere o art. 133, inciso 4º, do dec. n. 4877, de 22 de setembro de 1917, será marcada pelo presidente da Câmara Municipal ou do Conselho Deliberativo, e contém outras disposições.

MINAS GERAIS. Lei nº 970 de 13 de setembro de 1927. Dá-se competência particularmente aos conselhos deliberativos dos municípios que forem sedes de Prefeituras, para legislarem sobre impostos municipais, fixação de emolumentos e outras atribuições.